

Em 1979 as primeiras providências

BRASÍLIA (O GLOBO) — O pacote a ser aprovado na próxima semana é o segundo grande elenco de medidas no Governo Figueiredo destinado a alterar substancialmente a política econômica.

O primeiro conjunto de decisões significativas no campo econômico ocorreu em dezembro de 1979, nove meses após a posse de Figueiredo, quando foi decretada uma maxidesvalorização cambial de 30 por cento e eliminados os incentivos à exportação, pela extinção do crédito-prêmio; os depósitos prévios de importação; os subsídios do crédito à indústria e as

isenções para importação de máquinas. Todas essas medidas provocaram reações no Congresso.

Em janeiro de 1980, o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, adotou a pré-fixação da correção monetária (45 por cento) e da correção cambial (40 por cento). Em abril do mesmo ano, decreto-lei promulgado pelo Presidente Figueiredo determinou que, a partir de julho, as pessoas cujos rendimentos não tributáveis no exercício financeiro de 1980 fossem iguais ou superiores a Cr\$ 4 milhões estariam sujeitas a um empréstimo compulsório

de 10 por cento sobre o que excedesse tal limite.

Em outubro, foi criada a legislação salarial, com o envio ao Congresso de projeto de lei determinando um aumento de 110 por cento do INPC para quem ganhasse até três salários mínimos; de 100 por cento para a faixa entre três e dez salários; 80 por cento de dez a quinze salários mínimos e de 50 por cento do INPC para a faixa de 15 a 20, estabelecendo-se a negociação direta nas faixas salariais acima destes tetos.

Em dezembro, o Conselho Monetário Nacional decidiu encarecer as importações,

aumentando de 15 para 25 por cento a alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre as operações de câmbio.

Em 1981, logo em abril, o governo reestabeleceu o crédito-prêmio às exportações, extinto no pacote de dezembro de 1979, a uma alíquota de 15 por cento. Em julho, o Presidente criou o programa de desestatização, colocando à venda dezenas de empresas estatais.

Em maio de 1982, foi instituído o Finsocial, com uma contribuição de cinco por

cento da receita bruta das empresas e, ao mesmo tempo, o BNDE foi transformado em BNDES, passando do Ministério da Indústria e do Comércio para o Ministério do Planejamento e se responsabilizando pela gestão do programa. Em dezembro, decreto-lei instituiu a correção monetária para o pagamento e a restituição do imposto de renda.

Em fevereiro último, na última medida de importância no campo econômico, foi decretada nova maxidesvalorização cambial, também de 30 por cento.